

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.427 - MG (2019/0046293-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : LUCAS DANIEL DOMINGUES (PRESO)
RECORRENTE : LUIZ ALBERTO FERREIRA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Neste recurso, que se volta contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.18.121761-3/000, pretende-se a imediata revogação da prisão preventiva de **Lucas Daniel Domingues** e **Luiz Alberto Ferreira da Silva** decorrente da decisão proferida pelo Juízo de Direito da Central de Flagrantes da comarca de Belo Horizonte/MG (Processo n. 0024.18.008878-3).

Argumenta-se, em suma, que o *decisum* de primeiro grau está amparado na gravidade abstrata do delito de roubo, sem referência a elementos concretos da prática delitiva.

É o relatório.

Neste momento, não há como desconstituir a conclusão da Corte estadual quanto à necessidade de garantia à ordem pública, dada à referência ao modo de agir dos envolvidos na prática delitiva.

Consta do acórdão que, após a prática do roubo de um veículo e de um celular que estava em seu interior, *ao perceberem a presença dos policiais, o acusado Lucas apontou uma arma de fogo em direção aos militares e na sequência os pacientes colidiram o veículo contra um ônibus e logo em seguida, contra um poste, momento em que abandonaram o carro e tentaram evadir do local, porém sem êxito, visto que foram detidos pela guarnição* (fl. 92).

Com efeito, o alegado constrangimento depende de uma análise mais acurada das informações a serem prestadas pelo Magistrado de primeiro

grau e dos elementos de convicção trazidos ao feito.

Indefiro, portanto, a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Belo Horizonte/MG a respeito do andamento do Processo n. 1192360-06.2018.8.13.0024, bem como sobre a atual situação dos recorrentes.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

